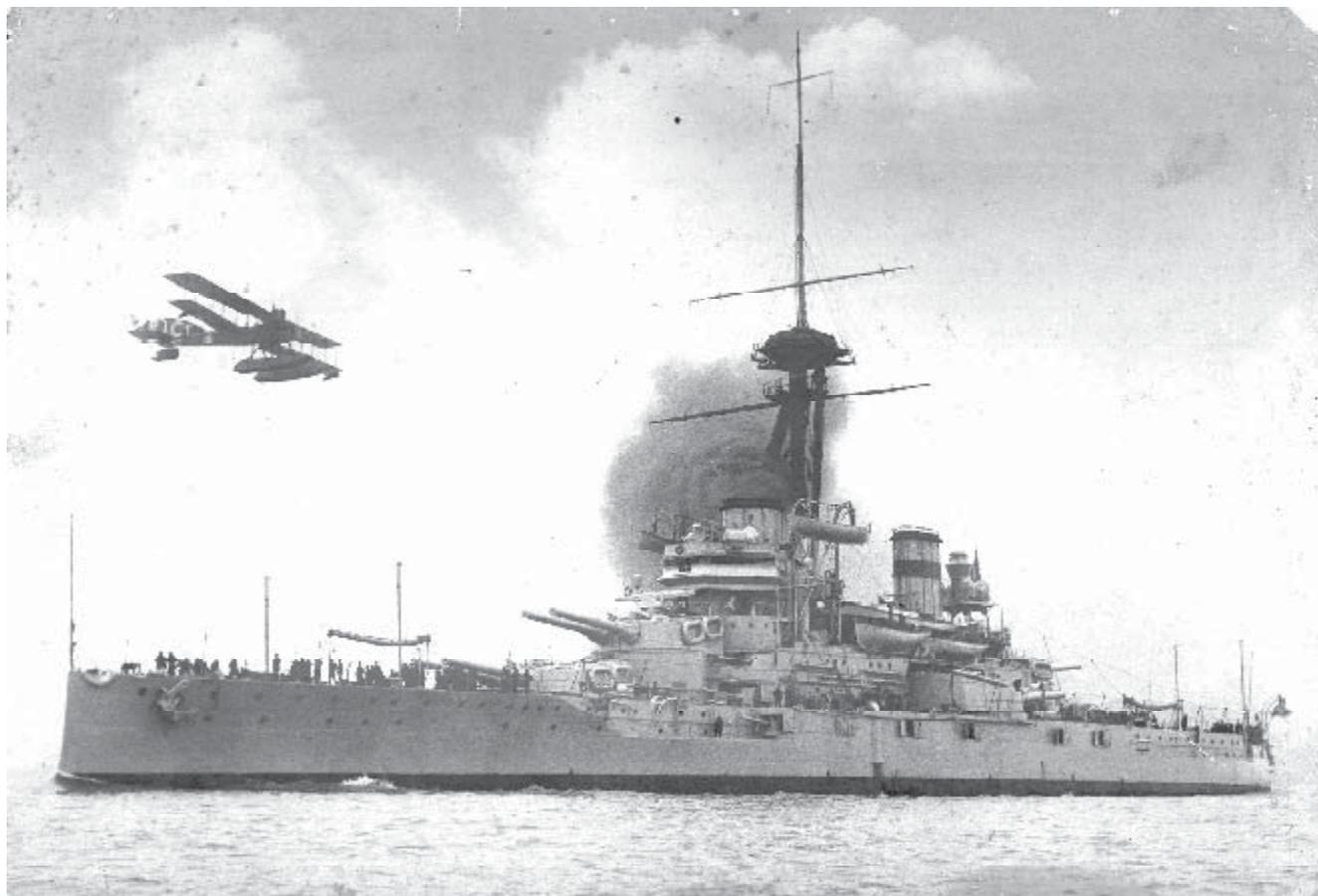


OS ARQUIDUQUES



CMG (RM1) Pedro Gomes dos Santos Filho

Início da década de 1920. A situação da Marinha mostra-se bastante precária. É patente o desânimo dos oficiais e praças. Os reflexos das Revoltas da Armada e dos Marinheiros, leis de promoção deficientes que impedem o fluxo de carreira e a falta de preparo do pessoal para acompanhar a transformação de uma Marinha a vela para uma Marinha moderna contribuem para esse estado de espírito. Recursos para a modernização dos meios flutuantes e criação de uma infra-estrutura de apoio são negados à Força Naval. Os meios navais apresentam um estado lamentável, em decorrência da incapacidade de ser efetuada uma manutenção adequada no país. Dois navios, imunes ao vírus do desânimo, não se enquadram nesse cenário desalentador.

21 de fevereiro de 1922. Os encouraçados São Paulo e Minas Gerais suspendem para realizar exercícios de tiro sobre alvo rebocado, com os propósitos de adestrar suas tripulações, testar novos sistemas de direção de tiro e fazer uma demonstração ao Presidente da República, Epitácio Pessoa, embarcado no Minas. Este navio é o primeiro a abrir fogo a 12.000 metros sobre o ex-Alagoas, a reboque do Laurindo Pitta. A segunda corrida é do São Paulo, na mesma distância. Ambos executam seis meias salvas com os canhões de 305 mm. O hidroavião empregado como observador de tiro, com a tarefa de fotografar os acertos e as colunas d'água levantadas pelas granadas dos navios, envia o resultado. Como não havia intenção de destruir o alvo e sim enquadrá-lo com as salvas, o objetivo é atingido. Jornais do Rio de Janeiro como o Correio da Manhã, JB, O Jornal, Diário do Comércio e outros publicam notícias

elogiosas à Esquadra. O exercício, primeiro deste tipo realizado pela Marinha do Brasil, é considerado um sucesso.

Madrugada de cinco de julho de 1922. Um disparo de canhão do Forte de Copacabana dá o sinal para que outras unidades militares do Rio de Janeiro – a 9ª Companhia do 1º Regimento de Infantaria, sediado na Vila Militar e a Escola Militar de Realengo – aderissem à revolta militar contra o governo de Epitácio, representante das estruturas de poder da República Velha. Tropas legalistas conseguem deter as ações da 9ª Cia e da Escola Militar. Os revoltosos do Forte ficam sozinhos, mas não se rendem.

Seis de julho de 1922. A Marinha é chamada a intervir. A tarefa é bombardear o Forte de Copacabana, ainda revoltado. Para cumpri-la, na madrugada desse dia transpõem a barra do Rio de Janeiro o Encouraçado São Paulo e o Contratorpedeiro Paraná. O Encouraçado Minas Gerais, retirado às pressas do dique no dia anterior, às 7 horas também sai à barra, dirige-se até a altura da ilha de Cotunduba e, de acordo com determinações superiores, retorna sem abrir fogo. Às 7h25m o São Paulo entra em postos de combate. Três torres de 305 mm estão guarnecidas. Logo em seguida, o Forte faz dois disparos. *Ossplashes* não são avistados. O Encarregado Geral da Artilharia comunica que não se pode precisar para onde são dirigidos os tiros. Às 8 horas o São Paulo abre fogo com a primeira salva. “Tiros curtos com boa direção”. Doze minutos depois, a segunda salva. “Não observado”. O tempo está firme, mar calmo, mas a visibilidade não é boa. O nevoeiro e a fumaça dos disparos prejudicam a observação da terceira e quarta salvas. A última salva é disparada precisamente às 08:30 horas. “Acerto”! “Avistada explosão na muralha do forte”. “Munição esgotada, alma limpa, despendidas 20 granadas”. Às 09h07min o Forte iça a bandeira branca.

Tanto no exercício de tiro quanto na ação de combate o desempenho dos navios, principalmente do São Paulo, foi impecável. Os dois encouraçados, ao contrário de outros navios da Esquadra, estavam em excelentes condições de material e adestramento. A sua atuação, ilustrada pelas passagens históricas descritas, faz surgir a seguinte pergunta: Qual a principal razão que permitiu aquelas belonaves alcançarem um padrão elevado de eficiência, apesar de todas as dificuldades vividas pela Marinha à época? A resposta é simples: a motivação de um grupo de jovens oficiais especialistas em artilharia, dedicados de corpo e alma à Marinha e ao seu navio. Eram chamados “Os Arquiduques”.

Enquanto em 1922 surgiam no Brasil Movimentos que desejavam mudanças nas artes, como o responsável pela Semana de Arte Moderna e na política, como o Movimento Tenentista, na Esquadra brasileira um Movimento trabalhava forte e promovia mudanças no campo militar-naval. Seu nascimento ocorreu no Encouraçado São Paulo durante o período de modernização dos sistemas de direção de tiro, executado nos estaleiros do *Brooklin*, Estados Unidos, no período de agosto de 1918 a janeiro de 1920. Nesta ocasião, os oficiais artilheiros tiveram a oportunidade de aprender os segredos dos modernos equipamentos de *fire control* e adotar no navio o sistema norte-americano de organização baseado em Divisões subordinadas a Departamentos, novidade para a Marinha do Brasil. O acesso à nova tecnologia de direção de tiro desenvolvida durante a Primeira Guerra Mundial e a quebra de paradigma na organização dos serviços de bordo contagiaram os jovens oficiais do Departamento de Artilharia. Motivados, decidiram colocar o seu navio no mesmo nível de adestramento daqueles que haviam conhecido no país amigo. Traduziram e, mais do que isso, adaptaram as publicações e manuais norte-americanos às características do encouraçado brasileiro e, com esforço diuturno, adestraram a guarnição, tornando o São Paulo um eficiente navio de batalha, que se destacava pelo aspecto marinho, apresentação do pessoal subalterno, excelente desempenho em fainas e exercícios e, sobretudo, pelo entusiasmo contagiante demonstrado por toda a tripulação. Não foi por acaso que o espírito dos Arquiduques brotou no Departamento de Artilharia. Lá estavam os melhores. Era o tempo em que o entusiasmo pelos canhões desde cedo tocava os jovens oficiais. Período da supremacia do canhão de grosso calibre, fator decisivo na Batalha de Tsushima, ocorrida em 1905, cientistas de renome e conceituados oficiais de todas as Marinhas dedicavam-se à balística e à artilharia. Além disso, a eficiência operativa dos navios era medida, naquela época, quase exclusivamente pelos resultados dos exercícios de tiro.

Após a chegada do São Paulo ao Brasil, o Movimento espalhou-se pela Esquadra. O primeiro a receber os bons fluidos foi o Minas Gerais, que também iria realizar um período de modernização nos EUA (agosto 1920 – novembro 1921). Mais tarde, em escala decrescente de intensidade, o entusiasmo dos Arquiduques se alastrou para os cruzadores e contratorpedeiros.

O início, porém, não foi fácil. Antes da admiração veio a inveja. Em virtude da postura de superioridade

adotada pelos jovens oficiais artilheiros do São Paulo após o período nos EUA, alguns oficiais começaram a ficar incomodados e jocosamente os apelidaram de “Os Arquiduques”.¹ Assim eram tratados no “jornal da praia”² quando, obviamente, não estavam presentes. E o apelido, como surgiu? Tudo leva a crer que foi devido às várias viagens de representação realizadas pelo garboso encouraçado.

Quatro meses após regressar do período de modernização, o São Paulo seguiu para a Europa para trazer o Rei Alberto I da Bélgica e esposa em visita ao Brasil. Em setembro de 1920, retornou à Europa para levar de volta os soberanos e, no regresso, transportou para o Rio de Janeiro os restos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz. Era, portanto, um navio “nobre”, considerado por muitos como o melhor da Marinha. Referindo-se a essa viagem, o civil João Pedro da Veiga Miranda, Ministro da Marinha, proferiu um discurso no qual tecia elogios ao navio e enfatizava a fidalguia com que os oficiais haviam se portado ao transportar um Rei a bordo. Provavelmente, este discurso serviu de inspiração ao apelido, reforçado tempos depois, quando, mais uma vez, o São Paulo teve a oportunidade de realizar nova “viagem real” ao transportar para o Brasil o herdeiro do trono italiano, o Príncipe de Piemonte, Humberto de Savóia, que vinha da Argentina.

Além de ser a motivação para o apelido, há indicações de que o embarque do Rei Alberto também reforçou nos oficiais do belo encouraçado o gosto pelo esporte. O monarca ganhara fama pela sua participação na Primeira Guerra Mundial e acabara de patrocinar os jogos olímpicos no seu país. Como parte das comemorações em honra à sua visita, realizou-se no campo do Fluminense Football Club, no Rio de Janeiro, uma grande parada esportiva com cerca de 1500 atletas, que representavam os clubes da cidade. Sucesso total, de acordo com os jornais da época. Para encerrar os festejos, um jogo de futebol. Seleção da zona sul vestindo camisa com as cores da Bélgica contra seleção da zona norte, com a camisa da Liga Metropolitana. O Rei era, portanto, militar, desportista e admirador do futebol. E os Arquiduques se identificavam com Sua Alteza.

A identificação era tão grande que foi um Arquiduque, Alberto de Lemos Basto, o primeiro presidente da Liga de Esportes da Marinha. Outro oficial de destaque na função de presidente da Liga foi também um Arquiduque: Jair de Albuquerque, Encarregado de Artilharia do Encouraçado São Paulo durante longo

período na segunda metade da década de 20, que dá seu nome ao Ginásio Esportivo do Colégio Naval. É interessante registrar que a Liga de Esportes da Marinha existia oficialmente desde 1916, mas foi somente nessa época, graças ao entusiasmo de alguns oficiais, muitos dos quais Arquiduques, que sua ação se tornou efetiva e produziu excelentes resultados com relação à disciplina do pessoal subalterno. Também foi presidente da Liga o Arquiduque Harold Reuben Cox, que mais tarde atingiu o Almirantado. Irmão do introdutor do futebol no Rio de Janeiro, principal fundador e primeiro presidente do Fluminense Football Club, Oscar Cox, Reuben adorava esporte, principalmente o futebol. Quando aspirante, jogava no Fluminense, enquanto seu amigo e colega de Turma, Benjamin Sodré, irmão de um dos fundadores do Botafogo, disputava o campeonato carioca pelo clube alvinegro. O oficial por muitos considerado o verdadeiro iniciador do movimento, o Arquiduque-mor, Capitão de Corveta Eleazar Tavares, também era grande incentivador da prática de esportes pelas tripulações dos navios.

Os Arquiduques levaram o espírito esportivo para bordo. Viviam com o cronógrafo na mão contando o tempo das fainas e exercícios e procuravam sempre melhorar. Exigiam o cumprimento das “regras do jogo”. Como consequência, o navio conseguia excelentes resultados, com destaque nos exercícios de tiro. Há quem afirme que foram aqueles oficiais os responsáveis por um dos períodos mais brilhantes da artilharia naval, atingindo um estágio altamente profissional nos exercícios de tiro real. O apelido tornou-se marca de excelência. Relatório confidencial elaborado pela Missão Naval Americana, contratada para orientar o preparo da Marinha do Brasil, comentava sobre o São Paulo: “Esse navio poderia figurar com brilho em qualquer linha de encouraçados norte-americanos”.

Em novembro de 1924, a surpresa. Eclode a bordo um movimento revolucionário. É o Tenentismo refletindo-se na MB. Na manhã do dia 4, chega ao Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, a notícia de que o São Paulo está revoltado, com os canhões das suas torres apontados para o Palácio do Catete, sede do Governo, esperando a adesão de outros navios, da aviação naval e da flotilha de submersíveis. O líder da revolta é o Primeiro-Tenente Herculino Cascardo, que junto com seis outros segundos-tenentes e vários praças conseguem dominar o encouraçado, quando a metade da guarnição estava licenciada. O Almirante Alexandrino tenta ir a bordo

argumentar com os revoltosos. Sua lancha é recebida com um tiro de canhão de 47 mm. Ele, então, se dirige ao Minas Gerais e dá ordens ao Comandante para preparar para atacar o navio irmão. Antes de qualquer reação por parte do Minas, o São Paulo suspende e, sem atirar contra o Palácio do Catete, sai da Baía da Guanabara sob o fogo do Forte Copacabana. A situação vivenciada dois anos antes está, naquele momento, invertida. A Fortaleza de Santa Cruz também dispara sobre o navio, que mesmo atingido consegue escapar. Na saída da barra, os legalistas presos se rebelam nas cobertas, havendo lutas e tiros. Saldo: vários feridos e um suboficial morto. Controlada a situação pelos revoltosos, o São Paulo assume o Rumo Sul, com intenção de se juntar às tropas rebeladas naquela região. Ao ter a notícia que está sendo perseguido pelo Minas, constatar que seu calado não permite a entrada no porto de Rio Grande e surpreso com a falta de suprimentos, demanda Montevideú, onde a guarnição solicita asilo. Alguns revoltosos conseguem ir para o Rio Grande do Sul, se incorporam aos rebeldes e participam de campanhas terrestres contra o governo. É importante registrar que todos os Arquiduques, mesmo sendo oficiais modernos, se mantiveram ao lado da legalidade. Nenhum dos tenentes revoltosos era considerado um deles.

Refeitos das feridas desse episódio, os Arquiduques do São Paulo conseguem reconstruir o moral da tripulação. Um ano depois não mais se observa a bordo o menor vestígio do incidente. A disciplina e o entusiasmo dos oficiais e praças fazem com que o navio vivencie de 1926 a 1930 mais um surto de grande eficiência, em companhia de outros navios da Esquadra. Relatório do Ministro, relativo a 1929, assinala que nos últimos três anos o Programa de Exercícios de Tiro da Esquadra havia ultrapassado em intensidade e eficiência quaisquer períodos anteriores. Após a vitória da Revolução de 30 até ao final da década, a Marinha, novamente, passará por duros momentos e terá a sua eficiência operativa mais uma vez reduzida. O Movimento, nesse período, lentamente desaparece.

Os Arquiduques deixaram lições que devem sempre ser lembradas aos mais jovens.

A primeira é que a falta de recursos e a incompreensão da sociedade sobre o papel das suas Forças Armadas não devem influir na motivação dos homens do mar. Para os Arquiduques, insuficiência de recursos não era um problema insolúvel. Com criatividade e dedicação, conseguiam superar os obstáculos. Consideravam cada exercício,

principalmente os de tiro, um desafio. Um bom resultado motivava a tripulação e incitava os outros navios a buscar o mesmo grau de eficiência, criando um ambiente de competição extremamente favorável ao adestramento.

A troca de experiências com Marinhas mais desenvolvidas – preocupando-se, não em imitar, mas adaptar para a nossa Marinha aquilo que for conveniente – deve ser estimulada. Os ensinamentos colhidos pelo São Paulo e Minas Gerais durante os períodos de modernização nos EUA trouxeram grandes vantagens. A organização em Departamentos e Divisões foi, talvez, a principal. A Organização Interna Administrativa (OIA) do São Paulo serviu de base às organizações internas dos outros navios até a chegada dos cruzadores Barroso e Tamandaré, no início da década de 50. Um oficial, testemunha da época dos encouraçados, afirmou que apesar de toda a complexidade tecnológica aplicada no projeto e construção daquelas modernas unidades de combate, a sua organização tornava muito mais fácil dar serviço ali do que no velho navio a vela Benjamin Constant. A capacidade de realizar os reparos necessários, adquirida durante a modernização, foi outra enorme vantagem conquistada, que proporcionou o prolongamento da vida operativa daqueles navios, orgulho da Esquadra. Mais uma vantagem daquele período foi o grande salto tecnológico alcançado, não só nos sistemas de direção de tiro, mas também em outros sistemas de bordo, com a instalação de equipamentos mais sofisticados, o que motivava a atualização do preparo técnico das tripulações.

A revolta de 1924 mais uma vez ensinou que paixões políticas desmedidas podem gerar crises, trazer prejuízos sensíveis para a disciplina e abrir feridas contundentes que demoram a cicatrizar. Isto aconteceu com o São Paulo, mas, felizmente, durou pouco. O comportamento irrepreensível dos Arquiduques no episódio evitou o pior e proporcionou o rápido restabelecimento da disciplina a bordo.

Outra lição importante diz respeito ao esporte. A utilização da prática esportiva para manter alto o moral das tripulações e, assim, criar a bordo um ambiente de competição e camaradagem, é um meio precioso de educação e disciplina, constituindo-se em uma ferramenta adequada para aprimorar o adestramento. Os Arquiduques reforçaram o que o Almirante Henrique Aristides Guilhem, na sua obra “Conselhos aos jovens oficiais”, de 1915, já recomendava:

“Para amenizar a parte penosa dos exercícios e fainas e estimular a vontade dos homens da guarnição, concorre com tua parte para que tenham uma forma *sportiva*. O embarque de carvão, um exercício de tiro, um exercício de socorro, se não tiver uma feição *sportiva* torna-se monótono.” Logo a seguir, aconselhava o Almirante: “Anima os *sports* entre os homens da guarnição, promovendo regatas, *teams* de futebol e exercícios diversos”. Os conselhos foram seguidos à risca pelos Arquiduques e as conseqüências, as melhores possíveis.

A importância do Fogo Sagrado, incentivado desde a Escola Naval, ficou evidenciada nas atitudes desses bravos oficiais. Eles demonstraram seu intenso amor à Marinha e devotamento à grandeza da profissão. Souberam transmitir essas qualidades às praças, por intermédio da sua vibração ao conduzir o serviço, o quarto, as fainas e os exercícios. Sem dispor de grandes recursos, mas com um ardente Fogo Sagrado, foram responsáveis por um período considerado a fase áurea da artilharia naval e exemplos para as gerações de novos tenentes, que lhes seguiram os passos com intensa admiração.

E, finalmente, os Arquiduques deixaram para sempre a bela lição de amor ao seu navio, sentimento tão caro aos marinheiros. Sua relação com o encouraçado São Paulo traduziu o que na linguagem do mar se chama “Espírito de Navio”, sentimento expresso com rara fidelidade em um dos versos da poesia “O Barco”, de Julio Andréa, Oficial de Marinha e historiador:

“Por incrível que seja e estranho nos pareça
A bordo, no convívio – a nau e os marinheiros
Nada mais eles são que uma mesma cabeça
Duas forças vitais, dois irmãos companheiros”.

Para bem definir as qualidades dos Arquiduques, nada melhor do que as palavras de quem com eles conviveu e os admirou, o Ministro da Marinha Veiga Miranda:

“Robustos, instruídos, apaixonados pela profissão, dedicadíssimos a seus encargos, todo o enlevo daqueles moços era o seu navio, remodelado, belo, imponente, guarnecido por um pessoal que eles procuravam elevar moralmente, civicamente, disciplinarmente, de forma a constituir um conjunto militar naval irrepreensível”.

Resta, portanto, fazer uma justa e legítima homenagem àqueles oficiais de escol, os Arquiduques

Durval Teixeira, Alberto Lemos Basto, Alfredo Andrada Dodsworth, Clodoveu Celestino Gomes, Aarão Reis Filho, Eleazar Tavares, Rodolfo Fróes da Fonseca, Amphilóquio Reis, Harold Reuben Cox, Oscar de Almeida, Augusto Pereira, Álvaro Nogueira da Gama, Antonio da Motta Ferraz, Guimarães Bastos, Jair de Albuquerque, Fernando Cochrane, Antonio Sabino Cantuária Guimarães, Carlos Penna Botto, Américo Jacques Mascarenhas da Silveira, Archimedes Botelho Pires de Castro, Paulo Bosísio, e a todos que seguiram os seus exemplos.

BIBLIOGRAFIA

1. ALENCAR, Carlos Ramos de. Alexandrino: o Grande Marinheiro. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989.
2. BRASIL. Ministério da Marinha. História Naval Brasileira, Volume V, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
3. CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. O Tenentismo na Marinha. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
4. CRUZ, Augusto Lopes da, O Almirante Harold R. Cox um notável oficial da Marinha do Brasil (1892 – 1967) lembrado por seus amigos, colegas e admiradores. Rio de Janeiro, Gráfica Ed. Do Livro, 1973.
5. GAMA, Artur Oscar Saldanha da. Brasileiros no sinistro triângulo das Bermudas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
6. GUILHEM, Henrique Aristides. Conselhos aos jovens oficiais. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981.
7. MIRANDA, João Pedro da Veiga. Quatorze meses na pasta da Marinha. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982.
8. PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. Footballmania. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
9. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

(Footnotes)

¹ Fosse à década de 1970 e 80 seriam chamados de “Os Babilacas”.

² Conversas entre oficiais no pátio ou cais do Ministério da Marinha, enquanto não chegavam as lanchas que os levariam aos navios.